



CAUSA OPERÁRIA

ANO 46 • Nº 1.441

28 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 2026

R\$ 3,00

CAUSA OPERÁRIA INDICA:

RUI PRESIDENTE

O conselho editorial do jornal Causa Operária, reafirmando sua política de defesa intransigente da classe operária, recomenda a todos os seus leitores o voto nos candidatos do Partido da Causa Operária (PCO), o verdadeiro partido antissistema do País. De presidente a deputados, use seu voto como uma forma de apoiar a política revolucionária, que aponta uma saída para a situação dos trabalhadores no Brasil e no mundo



Por Salário, Trabalho e Terra



Rui presidente: a campanha que a PF não conseguiu parar



De deputado a presidente, vote 29!



PCO: candidaturas operárias e revolucionárias





Opinião

Editorial

Muito pouco, muito tarde, muito descarado

Por três anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se recusou a aumentar o valor do Bolsa Família. Agora, durante as eleições, Lula anuncia um aumento miserável daquilo que já é, em si, uma miséria. O mais conhecido programa de assistência social do País passará de R\$600 para R\$691 no mês de novembro, entre o primeiro e o segundo turno da disputa eleitoral.

Noventa e um reais a mais no bolso não cobrem nem a feira do fim de semana. Depois de tanto tempo sem reajuste nenhum, esse trocado chega como uma verdadeira esmola. Durante o terceiro mandato de Lula, o preço do arroz, do feijão, da carne e do gás subiu sem parar, engolindo o dinheiro das famílias mais pobres. O aumento de agora não cobre a inflação que devorou o benefício, não enche a dispensa de ninguém e está totalmente fora da realidade das prateleiras dos supermercados.

A medida não é apenas humilhante, mas também muito tardia. Lula anuncia o aumento do Bolsa Família em um momento no qual há uma frustração imensa com o seu governo. Essa frustração vem do fato de que o governo abriu mão de lutar por uma série de questões essenciais.

Em quase quatro anos, Lula não reestatizou nenhuma das empresas que foram entregues pelos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) aos inimigos do País. O presidente manteve a taxa de juros nas alturas, contribuindo para o endividamento das famílias e enriquecendo os bancos. No campo, o governo se negou a dar terra para aqueles que mais precisam, protegendo o interesse dos latifundiários e grandes fazendeiros.

Para conter o fracasso nas urnas, Lula não precisa de um mero aceno à população, mas de uma mudança radical de rumo. Seria necessário não apenas conceder um aumento real expressivo ao Bolsa Família — superior a 100% —, como também restituir o benefício a todos os que tiveram seu direito cruelmente negado pelo Estado. Afinal, a política de “pente fino” do próprio governo expurgou mais de três milhões de trabalhadores do programa.

Anunciar essa migalha a menos de quinze dias da eleição é um ato explícito de desespero. Revela que o governo reconhece o colapso da própria política e admite que algo precisa ser feito. Contudo, ao manter a mesma política econômica e oferecer um reajuste irrisório, o que o governo está fazendo é tentar enrolar o povo.

Esse tipo de manobra tende a produzir o efeito inverso: a população percebe a encenação e se revolta por ser tratada com desdém. Em vez de conter a queda de popularidade, o governo deverá colher uma insatisfação ainda maior.

A medida desastrosa do governo revela o limite da política que o PT apresentou ao longo de seus quase 20 anos de governo. Ao ceder aos banqueiros e grandes empresários, o governo agora se mostra cada vez mais distante do povo que o elegeu.

Por isso, é urgente defender um programa verdadeiramente radical, que enfrente os interesses do grande capital e resolva as necessidades do povo. É preciso exigir o não pagamento da dívida pública aos banqueiros, um Bolsa Família com valor real, o fim definitivo do teto de gastos e a garantia de um salário mínimo vital de R\$7.500. O crescimento do País e a erradicação da miséria exigem um projeto de desenvolvimento independente, focado na reindustrialização e na exploração do petróleo a serviço da população — e não do lucro de poucos.



A frente antipopular

Uma aliança une desde o PSDB, o partido dos grandes banqueiros, até a Unidade Popular pelo Socialismo (UP), partido que jura ser “radical”. Trata-se da frente antipopular, uma barreira criada contra o único partido que tem um programa para os clamores do povo brasileiro: o Partido da Causa Operária.

A imprensa capitalista realiza um esforço imenso para impedir que o PCO seja conhecido pela população. Isso fica claro nas pesquisas eleitorais, que frequentemente omitem os candidatos do Partido, nos debates, nos quais o PCO nunca é convidado, e, é claro, na quantidade industrial de artigos caluniosos.

O Judiciário também faz sua parte para esconder o PCO do povo brasileiro. Os tribunais eleitorais de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Piauí decidiram indeferir o registro das candi-

daturas do PCO, agindo como se fossem donos da eleição.

Ao mesmo tempo, a esquerda pequeno-burguesa, que teme o crescimento do PCO, realiza um boicote vergonhoso ao Partido. A UP, que dirige o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convidou todos os candidatos ao Governo da eleição, menos o candidato do PCO. Já Samara Martins, que é a candidata presidencial do partido, fugiu do debate marcado com o candidato à Presidência pelo PCO, Rui Costa Pimenta.

Os ataques ao PCO apenas demonstram, uma vez mais, que este é o verdadeiro partido antissistema. Odiado pela Globo, pela direita, pelos juízes e promotores do Banco Master e pela esquerda que fala em trabalhador, mas só pensa no próprio umbigo.

Brasil 3x1 Argentina: ‘melhor futebol do mundo’ não dá nem para o cheiro

A Copa Libertadores da América de 2026 reafirma uma verdade indiscutível para qualquer análise política e esportiva séria: o futebol brasileiro estabeleceu uma hegemonia esmagadora e absoluta sobre o continente sul-americano, ao contrário do que a Fifa tentou estabelecer ao favorecer de maneira descarada, em todos os jogos da última Copa do Mundo de futebol, a seleção argentina.

A definição dos quatro semifinalistas do maior torneio da América Latina escancara a disparidade entre a força do futebol do Brasil e a do restante do continente: Flamengo, Fluminense e Palmeiras garantiram suas vagas, acompanhados apenas pelo Estudantes de La Plata, único representante argentino na fase decisiva.

O chaveamento das semifinais coloca, de um lado, o duelo épico entre Flamengo e Estudantes de La Plata, enquanto, do outro, teremos um choque verde-amarelo direto entre Palmeiras e Fluminense. Esse panorama garante matematicamente ao menos um clube brasileiro na grande decisão e abre a possibilidade real de mais uma final 100% brasileira na competição. A única mancha na campanha das equipes nacionais foi a eliminação do Corinthians justamente para o Estudantes nas quartas de final. Sem a queda do clube paulista diante dos

argentinos, o Brasil poderia ter monopolizado integralmente as quatro vagas das semifinais. Contudo, essa exceção apenas confirma a regra do domínio avassalador exercido pelos clubes brasileiros.

Essa soberania é fruto de uma consolidação avassaladora no século XXI, marcada por sete títulos consecutivos entre 2019 e 2025, com conquistas de Flamengo, Palmeiras, Fluminense e Botafogo. Nesse período, finais 100% brasileiras viraram rotina, e a discrepância econômica e estrutural colocou os clubes do País em outro patamar em relação aos vizinhos continentais. Além disso, desde 2019, o Brasil emplaca obrigatoriamente ao menos um representante na grande final. Esse domínio aproxima ainda mais o País do topo absoluto do ranking histórico.

No acumulado de títulos por nação:

Brasil: 25 títulos;
Argentina: 25 títulos;
Uruguai: 8 títulos;
Colômbia e Paraguai: 3 títulos cada;
Equador e Chile: 1 título cada.

Com esse cenário, o futebol brasileiro caminha a passos largos para assumir, de forma isolada, a liderança histórica de conquistas da América.

Destaques

Uma imagem vale mais que mil palavras

Vídeo mostra Alexandre de Moraes e a esposa desembarcando de avião de Vorcaro após o ministro ter negado que tivesse usado aeronaves do banqueiro

Um vídeo divulgado pelo jornal *O Globo* mostrou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e sua esposa, Viviane Barci de Moraes, desembarcando de um jatinho ligado ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. O voo ocorreu em 22 de agosto de 2025, com desembarque no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Meses antes, o gabinete de Moraes havia negado que ele tivesse utilizado aeronaves ligadas a Vorcaro. A nota divulgada em março afirmava que eram falsas as informações sobre esses voos e que Moraes jamais havia viajado em avião do banqueiro. Depois da divulgação do vídeo, o escritório de sua esposa confirmou que Moraes esteve em voos operados pela Prime Aviation, empresa ligada a Vorcaro.

A explicação apresentada foi que o escritório Barci de Moraes contratava serviços de táxi aéreo de diferentes

empresas, entre elas a Prime Aviation, e que Vorcaro não estava presente nos voos. O escritório também afirmou que a escolha da aeronave cabia à empresa contratada.

Essa está longe de ser a única prova da relação entre o ministro ditador e o banqueiro trambiqueiro. A Polícia Federal encontrou documentos e mensagens envolvendo negócios entre empresas de Vorcaro e o escritório de Viviane Barci. Segundo relatório da PF, houve negociação para que cotas de um jatinho e de um helicóptero fossem utilizadas como parte do pagamento de um contrato de prestação de serviços jurídicos de até R\$50 milhões.

O avião registrado no vídeo é um Legacy 650, jato executivo de grande porte fabricado pela Embraer. A aeronave comporta cerca de 13 passageiros e pode realizar viagens internacionais de longa distância. Segundo levantamento da *CNN*, um voo semelhante

entre São Paulo e Rio de Janeiro nesse modelo pode custar cerca de R\$350 mil.

Moraes agora se vê diante de uma sucessão de revelações que o mostram como um grande mentiroso. Não é apenas o vídeo do jatinho, divulgado depois de seu gabinete ter negado o uso de aeronaves ligadas a Vorcaro. Os metadados do contrato de R\$131 milhões apontaram que o próprio ministro fez alterações no documento firmado pelo escritório de sua esposa com o Banco Master — fato posteriormente confirmado pelo escritório.

Esse conjunto de fatos tornou insustentável sua permanência. O caso Moraes já se transformou em um dos maiores escândalos da história do País, envolvendo negócios milionários, viagens em aeronaves ligadas a Vorcaro e uma relação cuja extensão ainda está sendo esclarecida pelas investigações. Fora Moraes!



Rui Pimenta e Antônio Carlos encerram turnê nacional com atos em Recife e no Rio

A campanha presidencial do Partido da Causa Operária chega ao fim de seu giro nacional com atividades simultâneas em duas das principais capitais do País. Na quarta-feira, 30 de setembro, Rui Costa Pimenta estará em Recife, enquanto Antônio Carlos Silva participará de um ato no Rio de Janeiro.

Os dois atos fecham uma sequência de viagens realizada pela chapa do PCO durante a campanha. Rui e Antônio Carlos percorreram diferentes regiões apresentando as candidaturas do Partido e debatendo com trabalhadores e movimentos populares as propostas defendidas pelo PCO.

Nesta semana, Antônio Carlos concentrou parte desse trabalho na região Norte. Na segunda-feira (21), participou de atividade da campanha Rui Pre-

sidente no Amapá. No dia seguinte, terça-feira (22), a programação seguiu no Amazonas. A passagem pelo Norte dá continuidade a uma série de viagens do candidato a vice-presidente, que já participou de atividades em estados do Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

Rui, por sua vez, passou nas últimas semanas pelo Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Em Dourados, participou de um ato com mais de 200 pessoas, com forte presença de índios guarani-caiua, terena e cadiué.

Antes dos atos finais, Rui e Antônio Carlos ainda estiveram juntos no último domingo (27), em São Paulo, no ato nacional Rui Presidente, na Praça Oswaldo Cruz. Militantes de diversos estados organizaram caravanas para a manifestação.



ATO EM RECIFE

RUI PRESIDENTE

30 DE SETEMBRO ÀS 18H

ATO DE ENCERRAMENTO DA CAMPANHA

30/9
18H
SINTEL

RUA AFONSO PENA, 333
SANTO AMARO

Mais informações:
(11) 98307 - 8783

PRESIDENTE

RUI 29

COSTA

PIMENTA

ANTONIO CARLOS



Reeleição ameaçada

Se o presidente Lula não está melhor nas pesquisas de intenção de voto, o governo Lula foi vítima da sua própria política, da sua própria falta de perspectiva. Não adianta procurar um bode expiatório. Tem muita gente na Internet atacando a esquerda, os candidatos da esquerda, caso haja uma derrota do Lula nas eleições. A reeleição está ameaçada por causa da política conciliadora e capituladora do próprio PT. E o partido se recusa a mudar de rumo. Precisa mudar a política.

Mudar a política

Para reverter o quadro eleitoral negativo, Lula e o PT precisam dar uma guinada política. Não adianta colocar a culpa no povo “que não enxerga os avanços”, ou é “ingrato”. Nem acusar a esquerda que tem candidatura e política próprias. Corre o risco de o reajuste do Bolsa Família na reta final da campanha não dar o resultado esperado, pois durante todo o governo, o foco foi na contenção de gastos, corte em benefícios, acordos em nome de uma governabilidade que não aconteceu. Tem que reconhecer os erros e mudar a direção.

Nas mãos dos bancos

O PT acreditou que uma política econômica aceita pela burguesia bastaria para assegurar a reeleição. Quando as pesquisas apertaram, procurou recuperar terreno com medidas sociais que poderiam ter sido tomadas antes. A política econômica permaneceu sob domínio dos bancos, limitando também as medidas sociais. E ainda teve pente-fino nos benefícios, as taxas do ministro Haddad, entre outros. O povo viu tudo isso e a oposição aproveitou. Não adianta falar que a direita é pior se deixou muito a desejar.

Largar a mão

No que diz respeito às instituições políticas do País, o governo Lula também cedeu mais do que deveria. Foi uma política antidemocrática, a serviço da burguesia e do imperialismo. Em grande medida, o PT está nessa situação, nessa saia justa, porque o governo Lula não conseguiu reagir antes para se libertar dessas amarras. E as dificuldades eleitorais são responsabilidade do próprio PT e de suas escolhas. Resultado de não largar a mão do ministro Alexandre de Moraes, da frente ampla e de não deixar de ser o avalista do podre e carcomido regime político brasileiro.

Outra perspectiva

Seja qual for o presidente eleito nas eleições deste ano, os grandes bancos mantêm enorme poder sobre a política nacional. O caso do Banco Master e Daniel Vorcaro é apenas uma pequena mostra da degeneração e podridão envolvendo todos os poderes da República. Se um banco emergente fez tudo o que está sendo estampado nos jornais, imagine o poder e controle que têm os grandes bancos nacionais e internacionais? É preciso apontar uma nova perspectiva para os trabalhadores, de resistência, antissistema, revolucionária e independente como o PCO.



Por Salário, Trabalho e Terra

PCO defende na campanha eleitoral o mesmo programa revolucionário com o qual atua no dia a dia, em defesa da revolução, do governo operário e do comunismo

A campanha eleitoral do Partido da Causa Operária foi realizada com um programa unificado, aprovado democraticamente por sua militância e seus candidatos e apresentado nos materiais de propaganda, atos, debates e entrevistas. A campanha chamou à luta sem semear qualquer ilusão e sem fazer promessas, fazendo dela uma verdadeira tribuna de propaganda das reivindicações fundamentais da população explorada, chamando os trabalhadores e a juventude a superarem a política de colaboração da maioria da esquerda e a fortalecerem sua organização independente dos patrões e de seu Estado.

Destacamos alguns dos pontos que tiveram maior destaque na campanha deste ano.

1. Parar o roubo dos salários

- Reposição integral de 100% das perdas salariais; aumento emergencial de 50% de todos os salários e aposentadorias;
- Salário mínimo vital suficiente para atender às necessidades do trabalhador e de sua família, que hoje não poderia ser menor que R\$ 7.500;
- Bolsa Família de pelo menos um salário mínimo;
- Cancelamento de todas as dívidas dos trabalhadores com o sistema financeiro.

2. Reduzir a jornada e acabar com o desemprego

- Redução da jornada de trabalho para, no máximo, 7 horas por dia, 5 dias por semana (35 horas semanais);
- Proibição das demissões; ocupação e controle dos trabalhadores sobre as empresas que demitam ou ameacem fechar;
- Passe livre nos transportes para desempregados e trabalhadores da economia informal.

3. Revogar todas as “reformas” do golpe de 2016

- Cancelamento da “reforma” trabalhista, com o retorno e a ampliação de toda a legislação de proteção dos trabalhadores;

- Revogação de todas as “reformas” contra os trabalhadores da ativa e aposentados, em todos os níveis (federal, estadual e municipal);
- Aposentadoria, no máximo, aos 25 anos de trabalho para as mulheres e aos 30 anos para os homens.

4. Cancelar as privatizações e a destruição da economia nacional

- Unificar os trabalhadores das estatais para barrar, com greves e ocupações, as privatizações dos Correios, da Petrobrás, da CEF etc.;
- Cancelamento de todas as privatizações realizadas (Eletrobras, Vale, bancos, telefonia etc.);
- Nacionalização do petróleo; Petrobrás 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores, com eleição de todos os seus postos de direção pelos trabalhadores.

5. Fim da destruição dos serviços públicos e dos ataques ao funcionalismo

- Não ao fim da estabilidade dos servidores públicos;
- Mais verbas para a Saúde, a Educação e os demais serviços essenciais;
- Fim do teto de gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Abaixo o congelamento de gastos públicos decretado no governo Temer;
- Contra as terceirizações; estabilidade imediata para todos os servidores contratados precariamente, com isonomia de direitos e salários;
- Pela realização de concursos públicos para repor o quadro de servidores.

6. Reforma Agrária com expropriação do latifúndio e demarcação das terras indígenas

- Assentamento imediato dos milhões de sem-terra acampados em todo o país;
- Demarcação e posse da terra para todos os indígenas das retomadas; expulsão dos

- latifundiários que invadiram as terras indígenas;
- Ocupar o latifúndio para garantir terra para quem nela more e trabalhe e a produção de alimentos para toda a classe trabalhadora;
- Punição dos latifundiários e de outros responsáveis pelo assassinato de trabalhadores e lideranças da luta pela terra;
- Direito de autodefesa e armamento para os trabalhadores do campo e os povos indígenas.

7. Fim da especulação, moradia para todos

- Expropriação dos imóveis vagos dos especuladores do mercado imobiliário;
- Elaboração de um plano nacional de construção de milhões de moradias populares para garantir habitação digna para a população e gerar milhões de empregos.

8. Barrar a destruição da Educação

- Abaixo a ditadura nas escolas e a perseguição aos professores e estudantes; eleição direta de todos os postos de gestão;
- Verbas públicas somente para o ensino público;
- Fim dos vestibulares. Livre ingresso nas universidades;
- Piso salarial nacional dos professores de, pelo menos, R\$ 8,5 mil;
- Escolas e universidades sob o controle da comunidade escolar: eleição dos diretores e de todos os postos de direção nas escolas; governo tripartite (estudantes, professores e funcionários) nas universidades;
- Abaixo a censura; fim da proibição do uso de celulares nas escolas.

9. Fim do lucro com a doença: Saúde pública e gratuita, sob o controle dos trabalhadores

- Mais verbas para a Saúde Pública. Não pode haver limite nos gastos para salvar a vida do povo;

- Plano de Emergência para a construção de hospitais e postos de saúde em todo o país;
- Piso salarial de R\$ 8 mil para os profissionais da Saúde.

10. Abaixo a repressão. Liberdade de expressão e direito de autodefesa

- Dissolução da Polícia Militar e de todo o aparato repressivo;
- Formar comitês de autodefesa dos trabalhadores da cidade, do campo e das comunidades indígenas;
- Acabar com a ditadura do “PIG” (“Partido da Imprensa Golpista”): cancelamento da concessão da Rede Globo e dos demais monopólios dos meios de comunicação por crimes contra o país. Estatização das empresas;
- Fim de todo tipo de censura; liberdade irrestrita de expressão na imprensa, na internet, nas ruas etc.

11. Fim da ditadura dos bancos e da expropriação do povo

- Imediata redução das taxas de juros;
- Estatização do sistema financeiro; banco estatal único, sob o controle dos trabalhadores;
- Cancelamento das dívidas externa e interna com os bancos e grandes credores;
- Fim dos impostos sobre o consumo e os salários. Imposto somente sobre os ganhos dos capitalistas e as grandes fortunas.

12. Abaixo a ditadura do Judiciário e fim do regime antidemocrático

- Acabar com a ditadura do Judiciário, que atua acima dos demais poderes e pisoteia a vontade popular e a Constituição;
- Fim do Supremo Tribunal Federal (STF); eleição de todos os juizes e procuradores pelo voto popular e com mandatos revogáveis.

13. Fora o imperialismo da Amazônia e da América Latina

- Não à internacionalização da Amazônia e a toda política de ingerência do imperialismo na região;
- Defesa da soberania e da unidade nacional, com o controle das organizações populares e dos povos indígenas sobre as riquezas do território amazônico e sua exploração em benefício do povo;
- Em defesa de Cuba, da Nicarágua e da Venezuela. Todo apoio à luta do povo boliviano contra o regime ditatorial. Abaixo a ingerência dos EUA e da OEA; fora o imperialismo da América Latina.

14. Em defesa do futebol, do carnaval e de todas as manifestações da cultura popular

- Contra a política da direita de atacar sistematicamente todas as manifestações culturais do povo, como o carnaval, o samba e o futebol; garantir os recursos públicos necessários para o acesso à cultura e ao esporte, pondo fim aos monopólios do setor;
- Fim da perseguição às torcidas organizadas. Controle dos clubes pelos torcedores e pelos trabalhadores do setor.

15. Por um governo dos trabalhadores

- Nenhum apoio aos golpistas e neoliberais. Abaixo a política de conciliação. Ruptura da aliança com os partidos golpistas e inimigos das reivindicações dos trabalhadores;
- Defender os povos que se levantam em todo o mundo contra o imperialismo, com armas nas mãos e pelos meios que sejam necessários, como a Palestina, o Irã e a Rússia;
- Por um governo das organizações operárias e camponesas, sem patrões e sem golpistas.
- [Para ler o programa na íntegra, acesse pco.org.br.]





Nacional

Rui presidente: a campanha que a PF não conseguiu parar

Chapa de Rui Costa Pimenta percorre o País, reúne mais de mil pessoas nos lançamentos e leva militantes de todo o Brasil à Avenida Paulista

Pela primeira vez desde 2014, o Partido da Causa Operária (PCO) disputa a Presidência da República com chapa própria. Rui Costa Pimenta,

jornalista, fundador e presidente nacional do Partido, encabeça a candidatura. Antônio Carlos Silva é o candidato a vice. Lançada em 8 de agosto, na Casa de

Portugal, em São Paulo, a campanha “Rui Presidente” se afirmou como a mais combativa destas eleições.

Três dias depois do lançamento, em 11 de

agosto, a Polícia Federal invadiu a residência de Rui e apreendeu seu celular, seu passaporte e discos rígidos. A mesma operação atingiu dirigentes e militantes do Partido. Não há processo nem indiciamento. Foi uma ação de propaganda para intimidar o partido que enfrenta abertamente o regime da casta judicial. O resultado foi o contrário do pretendido. A operação teve ampla repercussão, a denúncia da perseguição ganhou as ruas e a militância respondeu dobrando os esforços.

Desde então, a campanha multiplicou suas viagens. Rui esteve nos lançamentos do Rio de Janeiro, do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e

do Mato Grosso do Sul. Antônio Carlos percorreu Fortaleza, Florianópolis, Macapá, Manaus, Salvador e Rio de Janeiro. Somados, os lançamentos em todo o País reuniram mais de mil pessoas. É um número muito expressivo para uma campanha sem dinheiro dos capitalistas, excluída das pesquisas e boicotada pela grande imprensa.

O ponto alto dessa mobilização foi o ato nacional “Rui Presidente”, no último domingo (27), às 11 horas, na Praça Oswaldo Cruz, na Avenida Paulista. Caravanas de mais de uma dezena de estados compareceram ao ato, de Pernambuco ao Rio Grande do Sul e do Amapá a Alagoas.

A campanha apresenta um programa claro para os trabalhadores:

aumento emergencial de 50% dos salários; salário mínimo de pelo menos R\$ 8.000; semana de 35 horas sem redução salarial; estatização do sistema financeiro; anulação das privatizações; expropriação do latifúndio.

Contra a ditadura do Judiciário e os partidos da burguesia, a palavra de ordem que se ouve em cada ato é uma só: trabalhador vota em trabalhador.

De deputado a presidente, vote 29!

As eleições estão cada vez mais marcadas por leis antidemocráticas que impedem a participação popular, o que

favorece apenas os grandes partidos da burguesia. Mesmo assim, o Partido da Causa Operária consegue se destacar não ape-

nas por seu programa revolucionário e antissistema, mas também pela grande variedade de candidaturas lançadas.

O PCO vai na contramão da política da frente ampla, adotada pela esquerda parlamentar, e lança candidaturas de pessoas de fato ligadas à vida dos trabalhadores e de todo o povo, com destaque para os operários, as mulheres e os índios.

As candidaturas operárias expressam uma política fundamental do PCO: os trabalhadores não devem aparecer nas eleições apenas como eleitores dos representantes da burguesia. Precisam apresentar seus próprios candidatos e um

programa independente dos interesses dos capitalistas.

Os índios são um grande destaque do Partido nestas eleições. O PCO é o partido com a maior proporção de candidatos índios nas eleições de 2026. Dos 146 registros apresentados pela legenda ao Tribunal Superior Eleitoral, 10 são de candidatos que se declararam índios, o equivalente a 6,85% da chapa. A média nacional é de 0,93%.

O PCO é o único partido que atua para organizar a luta dos

índios contra os latifundiários. Os demais partidos de esquerda, pelo contrário, apesar de fazerem demagogia com os índios, apoiam os candidatos dos assassinos de índios.

Esse conjunto de candidaturas demonstra o fortalecimento do Partido da Causa Operária e o avanço na construção de um partido de fato dos trabalhadores, independente da burguesia e do imperialismo.

Fortaleça essa luta nestas eleições. Vote e lute com o PCO! Vote 29 de deputado a presidente!

PCO: candidaturas operárias e revolucionárias

O Partido da Causa Operária (PCO) é o partido que lançou o maior número de candidatos aos governos estaduais e do Distrito Federal nas eleições de 2026. Ao todo, o Partido disputa o governo em 19 unidades da Federa-

ção, sendo 18 estados e o Distrito Federal. A UP aparece em seguida, com 17 candidatos, e o PSTU, com 15.

Além da quantidade, destaca-se o caráter das candidaturas do PCO. São trabalhadores, militantes dos movimentos popula-

res, jovens, mulheres e representantes dos índios, em contraste com os políticos profissionais que predominam nos grandes partidos.

Em Santa Catarina, Brunno Andrade, conhecido como Bruno Pedreiro, é candida-

to ao governo. Trabalhador da construção civil, ele realiza campanha diretamente entre os operários, inclusive dentro das obras, levando a discussão política aos locais de trabalho.

Em Mato Grosso do Sul, Daniel Vasques encabeça a chapa ao lado de Silvia Benites. A campanha tem como destaque a mobilização dos índios, com a participação de trabalhadores e moradores das aldeias nas atividades do Partido.

Em São Paulo, Izadora Dias disputa o governo com Nivaldo

Orlandi como vice. Militante do movimento de mulheres, Izadora participa de uma intensa campanha de rua, com atos, panfletagens e mobilizações junto aos trabalhadores. No Rio de Janeiro, Luan Monteiro representa a juventude e os movimentos populares na disputa pelo governo.

O PCO também lançou Jairo Palheta no Amapá; Lia Palheta no Amazonas; Bona Carrara na Bahia; Ieri Braga no Ceará; Expedito Mendonça no Distrito Federal; Danilo Pinheiro em

Goiás; Dimas Cassimiro no Maranhão; Henrique Áreas em Minas Gerais; Camilo Duarte na Paraíba; Adriano Funileiro no Paraná; Victor Assis em Pernambuco; Lourdes Soares Melo no Piauí; Henrique Lyra no Rio Grande do Norte; Cesar Pontes no Rio Grande do Sul; e Clébio Genuíno em Roraima.

Com candidaturas operárias e populares espalhadas de norte a sul do País, o PCO utiliza as eleições como uma tribuna de organização e mobilização dos trabalhadores.





Nacional

Eleições: ditadura do começo ao fim

Existe uma enorme propaganda de que vivemos numa “democracia”, no entanto, o processo eleitoral é totalmente manipulado para favorecer os representantes do grande capital

A cada dois anos, o eleitor é convocado a exercer seu direito de escolher seus representantes, passando-se a ideia de que vivemos num regime democrático e de que o povo brasileiro controla os destinos dos municípios, dos estados e da própria nação. Nada mais enganoso!

Desigualdade

O processo eleitoral já começa com completa desigualdade de condições. Em primeiro lugar, o Fundo Eleitoral destina centenas de milhões de reais aos partidos do sistema, enquanto os demais recebem apenas um valor irrisório, completamente insuficiente para as necessidades de uma campanha. Um

segundo ponto é a propaganda eleitoral gratuita nas emissoras de televisão e de rádio. Somente alguns partidos e candidatos têm direito à divulgação, enquanto a grande maioria é completamente excluída.

Debates e pesquisas

Além disso, para os debates, somente são convidados os candidatos de interesse do sistema, enquanto os demais também são excluídos.

As pesquisas eleitorais também têm sido um constante instrumento de manipulação das eleições, induzindo o eleitorado a votar naqueles que são apontados como possíveis vencedores ou derrotados. Além disso, na própria

montagem da pesquisa, determinados candidatos são colocados em destaque e outros são excluídos, como aconteceu com candidatos do PCO,

cujos nomes não constavam na lista da pesquisa.

Polícia e Judiciário

Além da Lei da Ficha Limpa, um instrumento criminoso para impedir candidaturas, existem outros mecanismos totalmente ilegais que são utilizados cada vez mais para manipular os resultados.

Foi o que ocorreu no caso da Polícia Federal, que invadiu ilegalmente a residência de Rui Costa Pimenta com o objetivo de criar um factóide, uma “fake news” para vincular sua imagem ao nepotismo e à corrupção.

O Judiciário tem aplicado sua ditadura de forma implacável na manipulação do processo eleitoral. Em 2018, manteve Lula preso e impediu sua candidatura, apesar de ter a preferência da maioria do eleitorado. Agora, na mesma situação, mantém Jair Bolsonaro preso e impedido de concorrer. Além disso, cassou diversos mandatos, como o de Deltan Dallagnol, em 2023. Nestas eleições, impediu a candidatura de Anthony Garotinho e cassou o registro de mais de 1.200 candidatos em todo o País.



Deltan Dallagnol (esquerda), Jair Bolsonaro (centro) e Anthony Garotinho (direita).

Cortes na Selic não conseguem impulsionar a indústria brasileira

No dia 16 de setembro, o Banco Central reduziu a Selic pela quinta vez consecutiva neste ano. O Comitê de Política Monetária da instituição reduziu a taxa básica de 14% para 13,75% ao ano. Os cortes irrisórios começaram em março, quando a Selic estava em 15%.

No entanto, a indústria brasileira continua sem apresentar sinais de recuperação. Os indicadores do setor mostram queda na produção e menor disposição para investir.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a produção industrial registrou 46,3 pontos em agosto, recuo de 4,7 pontos em relação a julho. Foi o pior resultado para o mês desde 2015 e, por estar abaixo dos 50 pontos, indica retração da atividade.

Quanto à intenção de investimento, o indicador recuou de 52,6 para 51,3 pontos em setembro, atingindo o menor nível desde agosto de 2020. Foi a quarta queda consecutiva, acumulando redução de 3,5 pontos desde maio.

Os dados do PIB também mostram a dificuldade enfrentada pelo setor. No segundo trimestre de 2026, entre abril e junho, a indústria cresceu apenas 0,1%, enquanto o PIB avançou 0,5%. O resultado industrial foi sustentado principalmente pelas atividades extrativas, que cresceram 3,4%.

Outro sinal de desaceleração da economia veio do IBC-Br. Considerado uma prévia mensal do PIB, o índice caiu 0,2% em julho e 0,3% no trimestre encerrado naquele mês. A indústria teve queda de 0,4% em julho, enquanto a agropecuária recuou 1,2% e os serviços ficaram estáveis.

Os números mostram que, apesar da sequência de cortes na taxa de juros, a atividade industrial continua em retração. Com a Selic em 13,75%, a produção e os investimentos no setor continuam em queda, sem que haja, até o momento, sinais de reversão do processo de desindustrialização do Brasil.

PT joga a toalha e corta gastos na campanha de Haddad

A direção nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) determinou cortes nos recursos da campanha de Fernando Haddad ao governo do Estado de São Paulo. A informação foi confirmada pelo marqueteiro do PT no Estado, Otávio Antunes. Integrantes da equipe de marketing foram demitidos e o impulsionamento de conteúdo nas redes sociais foi restringido.

A campanha de Haddad recebeu R\$15 milhões do Fundo Eleitoral e declarou, até o momento, despesas de R\$12,2 milhões. Desse valor, mais da metade foi destinada à empresa Urissanê Comunicação, de Antunes. A concentração dos recursos na publicidade revela uma campanha baseada mais no marketing do que na mobilização política da população.

O valor total recebido por Haddad é quase cinco vezes maior que o recebido pelo PCO para todos os seus 150 candidatos em todo o país. Mesmo assim, na reta final do período eleitoral, pesquisa Datafolha coloca o atual governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 49%, enquanto Haddad aparece com 29%. Outras pesquisas também apontam ampla diferença entre os dois candidatos.

Ao reduzir os recursos destinados à campanha, a direção do PT demonstra que passou a concentrar seus esforços em outras disputas eleitorais.

A campanha de Haddad também enfrenta dificuldades para mobilizar setores da própria esquerda. Em entrevistas recentes, ele afirmou

não ter intenção de reestatar empresas de serviços públicos, declarou-se contrário ao aborto e defendeu o sistema de vigilância “Smart Sampa”, implantado pelo governo Tarcísio.

No plano econômico, Haddad esteve à frente da implantação do arcabouço fiscal e da chamada “taxa das blusinhas”. Também integrou o governo durante o período em que a taxa básica de juros permaneceu em níveis altíssimos, favorecendo o capital financeiro.

O episódio mostra a tremenda dificuldade da frente ampla em São Paulo de emplacar suas candidaturas. A campanha petista encontra obstáculos para apresentar uma alternativa capaz de mobilizar setores mais amplos do eleitorado.

Internacional

Guarda Nacional cerca guarani-caiouás ameaçados de despejo

Comunidade Tapyi Kora – Limão Verde, no MS, divulga carta contra ordem da Justiça Federal: “despejo para nós é morte e vai derramar mais sangue”



Índios guarani-caiouá fizeram denúncia ao Diário Causa Operária (DCO)

No dia 17 de setembro, a Comunidade Tapyi Kora – Limão Verde, do povo Guaraní-caiouá, no Mato Grosso do Sul, divulgou uma carta urgente contra a ordem de despejo da Justiça Federal. No mesmo dia, militantes do Partido da Causa Operária (PCO) que se deslocavam em direção à retomada relataram que a Guarda Nacional fechou as estradas e ameaçou atacar os índios.

“A equipe do PCO estava indo em direção à retomada no MS mas a Guarda Nacional fechou as estradas e está ameaçando atacar os índios. Os índios estão em perigo! Os companheiros do PCO estão bem”, informou correspondente no local.

O cerco aos Guaraní-caiouá é mais um capítulo da ofensiva do latifúndio e do aparato repressivo estadual e federal contra as retomadas, no mesmo território em que, em abril, jagunços, o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Tropa de Choque da PM atacaram a retomada do tekoha Tapykora Korá / Tapy'i Kora, entre Amambai e Coronel Sapucaia. Naquela ocasião, a Reserva Limão Verde também foi alvejada com tiros e bombas, índios foram presos e houve relatos de violência contra mulheres.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena está emperado desde 2008. A Reserva Limão Verde, criada em 1928 com cerca de 2 mil hectares, hoje deixa os Caiouá e os Guaraní confinados em pouco mais de

600 hectares, enquanto o latifúndio avança sobre o tekoha.

Na carta, os índios denunciavam aquilo que as autoridades fingem não ver: violência e ameaças de fazendeiros, policiais e jagunços; casas destruídas e queimadas à noite; medo entre crianças, idosos e militantes; abandono do poder público.

“Nós estamos defendendo nosso direito ao território tradicional e à vida digna, conforme os direitos reconhecidos aos povos indígenas pela Constituição Federal e pelos instrumentos nacionais e internacionais de proteção dos povos indígenas”, diz a carta.

No fim, os índios deixam o seguinte recado:

“Queremos deixar registrado que nossa comunidade não vai sair do seu território tradicional. Despejo para nós é morte e vai derramar mais sangue. Se acontecer despejo, queremos viver, proteger nosso território, cuidar de nossas famílias e preservar nossa cultura e nossa espiritualidade.”

Educadores devem reagir à destruição da educação pública

A educação básica pública brasileira atravessa uma crise sem precedentes. Segundo o estudo Apagão dos Professores, do Instituto Semesp, o número de docentes com mais de 60 anos no ensino médio cresceu 104,5% na última década, passando de 18,2 mil para 37,3 mil. No mesmo período, a entrada de jovens de até 24 anos na carreira caiu 31,1%.

As projeções apontam para um déficit de até 235 mil professores na educação básica até 2040, quando haverá apenas um docente jovem para cada seis professores idosos. O problema é especialmente grave em Física, Química, Matemática e Biologia, áreas em que a falta de licenciados já compromete a formação de turmas.

Arrocho salarial afasta jovens da carreira docente

A queda na procura pelas licenciaturas está diretamente ligada à desvalorização dos professores. Os docentes do ensino médio recebem, em média, 20% menos que outros profissionais com formação superior.

Além dos baixos salários, os professores enfrentam salas superlotadas, escolas sem estrutura

adequada e o crescimento das contratações temporárias em substituição aos concursos públicos. Com isso, aumenta o número de trabalhadores sem estabilidade e submetidos a condições inferiores de trabalho.

A situação é agravada pela política de austeridade fiscal. Enquanto faltam recursos para a educação, a maior parte do orçamento da União vai para o bolso dos banqueiros por meio da dívida pública.

Entre as principais reivindicações dos educadores estão as verbas 100% públicas para a educação pública; o fim das restrições orçamentárias ao ensino; o reajuste salarial com reposição das perdas provocadas pela inflação; um piso nacional unificado como salário-base para trabalhadores ativos e aposentados; jornada de 30 horas semanais sem redução salarial; e concursos públicos para efetivar os trabalhadores contratados temporariamente. Também é necessário combater as privatizações e terceirizações nas escolas.

A mobilização dos educadores é decisiva para impedir novos ataques.

Candidatas do PCO: contra o identitarismo e por um programa de luta

O Partido da Causa Operária (PCO) apresenta sua participação nas eleições como uma tribuna para divulgar seu programa socialista e revolucionário. O Partido defende que as mudanças políticas fundamentais não virão das eleições, mas da mobilização dos trabalhadores e da luta de classes.

O Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo, coletivo do PCO, apresenta um programa voltado às reivindicações das mulheres trabalhadoras. O Partido lançou dezenas de candidatas em todo o País, entre elas Izadora Dias, ao governo de São Paulo; Maria Bona, ao governo da Bahia; Lourdes Melo, ao governo do Piauí; Caroline Sant'Anna, ao Senado por Santa Catarina; e as candidatas a vice-governadora Sílvia Benites, em Mato Grosso do Sul; Maria Joana, em Goiás; Roberta Rita Cavalcanti Pereira, em

Pernambuco; Iraciele Rodrigues Barbosa, no Amapá; e Charlieth Viana, no Maranhão.

O programa parte da defesa de que a emancipação das mulheres trabalhadoras depende do combate às condições materiais de exploração capitalista e à sobrecarga do trabalho doméstico.

Principais pontos do programa:

Socialização do trabalho doméstico: criação de creches públicas abertas 24 horas, escolas em tempo integral, lavanderias coletivas e restaurantes populares gratuitos ou de baixo custo.

Trabalho e salário: salário igual para funções iguais, combate à discriminação na contratação, redução da jornada para 35 horas semanais sem redução salarial e ampliação da licença-maternidade.

Saúde e maternidade: acesso gratuito a métodos contraceptivos, educação sexual nas escolas, legalização do aborto com atendimento pelo SUS, melhores condições de atendimento durante o parto e apoio econômico às mães.

Combate à violência contra a mulher: criação de abrigos públicos sem exigência prévia de denúncia, atendimento médico, psicológico e jurídico e cursos de autodefesa física e jurídica.

Espaços destinados às mulheres: manutenção de instalações, alojamentos e presídios destinados ao sexo feminino, proibição de revistas pessoais feitas por homens e criação de um procedimento de divórcio rápido, simples e gratuito.

Estatísticas por sexo: coleta de dados separados por sexo para orientar e acompanhar as políticas públicas voltadas às mulheres.



Plenária de mulheres durante o XII Congresso Nacional do PCO

Internacional

AfD dobra votação e burguesia manobra para tirar BSW do parlamento

CDU de Merz fica fora do parlamento de Mecklemburgo com 4,9%; Die Linke vence em Berlim e AfD chega a 38,2% no estado do nordeste

As eleições estaduais de 20 de setembro em Berlim e Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental confirmaram a crise dos partidos tradicionais da burguesia alemã. A União Democrata-Cristã (CDU), do chanceler Friedrich Merz, perdeu quase um terço dos votos na capital

e ficou fora do parlamento de Mecklemburgo ao receber apenas 4,9%. Em Mecklemburgo, a Alternativa para a Alemanha (AfD) venceu com 38,2%, contra 16,7% em 2021. Em Berlim, passou de 9,1% para 16,3%. O Die Linke ficou em primeiro lugar na capital,

com 25,7%, e o Partido Social-Democrata (SPD) teve seu pior desempenho desde a reunificação. Em 6 de setembro, na Saxônia-Anhalt, a AfD havia saltado de 20,8% para 43,8%. O fracasso da CDU é uma expressão da crise do imperialismo alemão.

A destruição de parte da indústria, o aumento dos preços da energia e a política de guerra contra a Rússia atingem cada vez mais a população. Os partidos que sustentam essa política pagam o preço nas urnas.

O Die Linke, apesar de sua aparência mais esquerdista, está totalmente adaptado ao regime. É uma espécie de Syriza alemão, um partido estepe da social-democracia: quando o SPD se esgota, ocupa seu lugar eleitoral, incorpora setores descontentes e impede que a crise leve a população a uma ruptura política. Cresceu em Berlim prometendo aplicar o plebiscito de 2021 pela transferência ao poder público dos imóveis de grandes empresas, mas já participou de governos na capital e negocia com SPD e Verdes.

A AfD, organização burguesa de extrema direita, apoia-se na revolta contra o custo de vida, a destruição da indústria e a política de guerra, e procura aparecer como oposição às sanções contra a Rússia e à União Europeia.

O BSW ficou fora das câmaras de Berlim e Mecklemburgo por uma diferença mínima: 4,7% na capital, cerca de 5.200 votos abaixo da barreira, e 4,8% no estado do nordeste. A exclusão indica uma manobra da burguesia para impedir o aumento da representação parlamentar da extrema esquerda. A cláusula dos 5% elimina os votos dados a partidos que não atingem esse índice e protege as grandes organizações.

A retirada do BSW facilita as combinações

dos partidos do regime. Em Mecklemburgo, SPD, Die Linke e Verdes formam a única maioria possível sem a AfD. Merz, que chamou a derrota de “desastre”, afirmou que permanecerá no cargo e prosseguirá com seus ataques às aposentadorias, à saúde e aos direitos sociais.



Cartaz eleitoral da Alternativa para a Alemanha (AfD) pendurado nas ruas de Berlim

Partido de Putin vence eleição sob ataque ucraniano

Rússia Unida, partido do presidente Vladimir Putin, venceu as eleições parlamentares e regionais realizadas entre 18 e 20 de setembro, com quase 60% dos votos. Putin classificou o resultado

como a “resposta comum àqueles que querem enfraquecer a Rússia, travar o seu desenvolvimento e privar-nos da nossa soberania”. No último dia de votação, o regime de Zelenski lançou contra Moscou

a maior agressão aérea já registrada nesta guerra, com mais de 1.600 drones, segundo o prefeito Serguei Sobianin. Para ele, o ataque foi planejado para interromper as eleições, mas “o inimigo não conseguiu”.

Nazista grego deixa a prisão e anuncia volta à política

Exporta-voz do partido neonazista grego Aurora Dourada, Ilias Kasidiaris, deixou a prisão de Domokos, no centro da Grécia, em 15 de setembro e anunciou a volta à política. Condenado a 13 anos como dirigente

da organização, é acusado de espancar imigrantes e opositores e assassinar o rapper antifascista Pavlos Fyssas, em 2013. Cumpriu seis anos de prisão. Recebido por dezenas de apoiadores, prometeu um novo partido “nacional”

e chamou a condenação de conspiração dos adversários. Em julho, o bilionário Elon Musk havia criticado a manutenção de sua prisão. Mais uma demonstração da força da extrema direita na Europa.

Irã responde a Trump na ONU: ‘não vamos baixar a cabeça’

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, respondeu no dia 23 de setembro, na Assembleia Geral da ONU, às ameaças feitas na véspera por Donald Trump. No mesmo púlpito, o presidente

norte-americano disse ter de escolher entre um acordo e “aniquilar a República Islâmica”. Pezeshkian afirmou que os iranianos são vítimas do terrorismo dos EUA e de “Israel” e que o país ape-

nas se defendeu. Disse aceitar negociar, mas não a linguagem da força. Entre as condições iranianas estão o fim dos ataques, do bloqueio naval aos portos do país e a liberação de fundos retidos.

Extrema direita sueca se aproxima do centro e recua nas urnas

Os Democratas Suecos, partido de extrema direita de Jimmie Åkesson, sofreram em 13 de setembro a primeira queda de sua história em eleições parlamentares. Perderam três pontos,

caíram para o terceiro lugar e recuaram em 285 dos 290 municípios. O resultado veio após quatro anos de apoio ao governo conservador de Ulf Kristersson, o que, segundo analistas, desgastou o perfil

de oposição ao sistema. Os votos migraram sobretudo para os Moderados, da direita tradicional. O caso vai na contramão de países como a Alemanha, onde a AfD acaba de vencer uma eleição regional.

A epopeia do povo iemenita

Neste 21 de setembro completaram-se 12 anos da Revolução Iemenita. Em 2014, uma mobilização popular dirigida pelo partido Ansar Alá contra o corte dos subsídios aos combustíveis, exigido pelo Fundo Monetário Internacional, entrou em Saná e derrubou a velha ordem subordinada à Arábia Saudita.

Em 26 de março de 2015, a Arábia Saudita iniciou a invasão, com armas e apoio dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. A partir daí, bombardeios e bloqueio jogaram a população na fome, uma arma contra os revolucionários iemenitas. Em 2022, Riade teve de aceitar uma trégua

e negociar com o movimento que pretendia eliminar.

Depois de 7 de outubro de 2023, o Iêmen entrou na guerra em defesa da Palestina, atacou “Israel” e bloqueou os navios ligados ao Estado sionista no Estreito de Babelmãndebe. Em maio de 2025, após dois meses de bombardeios fracassados, Washington aceitou um acordo mediado por Omã e se comprometeu a não voltar a atacar o país.

Neste mês, o Ansar Alá lançou uma nova ofensiva, tomou o porto de Moca, a ilha de Perim e as ilhas Hanixe e avançou para as montanhas de Cabube, rumo a Ádem. Também atacou com dro-

nes e mísseis o porto de Iambu e a base de Camis Muxait. Mohamed bin Salman pediu socorro a Donald Trump, que até agora se recusa a entrar diretamente na nova fase da guerra.

Incapaz de recuperar os territórios, Riade passou o aniversário tentando convencer o imperialismo a intervir novamente. O movimento que entrou em Saná com armamento limitado dirige hoje a capital e domina uma extensa faixa costeira junto a Babelmãndebe.

Viva a Revolução Iemenita! Vida longa ao Ansar Alá! Abaixo o imperialismo e seus fantoches!